

Financeirização e Expansão do Ensino Superior privado-mercantil no Brasil

Vera Lucia Jacob Chaves
veraluciajacob@gmail.com
Universidade Federal do Pará

RESUMOS DE COMUNICAÇÃO

O artigo tem como objetivo analisar as implicações para a educação superior brasileira da nova estrutura do setor privado-mercantil no contexto da concentração de capital, de sua oligopolização e de financeirização do setor, com foco para os grandes grupos empresariais de capital aberto, instalados no Brasil a partir de 2007. O estudo se fundamenta na compreensão de que as novas estratégias de acumulação de capital no setor educacional por meio do mercado de capitais fazem parte das transformações ocorridas no mercado financeiro mundial de liberação e desregulamentação dos fluxos financeiros, da interligação dos mercados, da criação de inovações financeiras e de fundos de investimentos institucionais, que estudiosos denominam de processo de “financeirização”. O acelerado crescimento do setor privado-mercantil da educação superior brasileira assume novas configurações com a entrada, a partir de 2007, de grupos empresariais no mercado de ações. Os dados levantados indicam que a abertura do capital das Instituições de Ensino Superior privado-mercantis no mercado de ações e a valorização destas últimas possibilitaram o aumento de seu capital, a compra de outras instituições menores, espalhadas no país, e, com isso, a formação de grandes grupos empresariais, também denominados “redes”. O avanço do processo de financeirização da educação superior brasileira, advindo das negociações estritamente direcionadas aos interesses mercantis na última década, efervesceu o setor e consolida o gigantismo econômico-financeiro, inclusive para a entrada de capital estrangeiro na educação. O foco desses grupos é a gestão profissionalizada e a obtenção de lucros, os alunos são vistos como clientes, por conseguinte as empresas investem massivamente em programas de *marketing* e comercialização. Esse processo de financerização tem gerado um intenso movimento de aquisições e fusões de IES formando grandes oligopólios na educação superior privado-mercantil do Brasil.

Palavras-Chave: Financeirização, Expansão privado-mercantil, Oligopólios.

1. O contexto do fenômeno da financeirização

O projeto neoliberal de educação dos organismos internacionais para os países periféricos do capital é caracterizado pelo aprofundamento da privatização, pela desnacionalização da educação e consolidação de um novo mercado educativo global. Tal projeto vem sendo materializado por uma série de reformas educativas na América Latina, imposta por meio de “acordos comerciais” estabelecidos entre esses organismos e os governos, com a finalidade de submeter a educação às exigências da lucratividade do capital.

É nesse contexto de reformas e de formação de mercados educativos em que a educação é incluída como serviço comercializável e sujeita a condições de competição que se insere o processo de expansão e mercantilização da educação superior. Como parte desse processo as instituições privadas de ensino superior vêm sendo estimuladas, pelos governos, a se expandirem, por meio da liberalização dos serviços educacionais e da desoneração fiscal, em especial, na oferta de cursos aligeirados, voltados apenas para o ensino desvinculado da pesquisa.

É oportuno ressaltar que as novas estratégias de acumulação de capital no setor educacional por meio do mercado de capitais, que se tornaram factíveis para um grupo de Instituições de Ensino Superior - IES mercantis, fazem parte das transformações ocorridas no mercado financeiro mundial, a partir dos anos 1970, de liberação e desregulamentação dos fluxos financeiros, da interligação dos mercados, da criação de inovações financeiras (derivativos, securitização, contratos futuros, etc.) e de fundos de investimentos institucionais, que estudiosos denominam de processo de “financeirização”. O fenômeno tomou grandes proporções na economia americana e tornou-se bastante evidente nos países desenvolvidos.

Ainda que a economia brasileira tenha sofrido sua influência, o financiamento via mercado de capitais ainda é pequeno. Entretanto, na educação superior, há fortes indícios de “financeirização” no âmbito do comportamento das empresas educacionais, à medida que a lógica dos negócios passou a ser a “*dominação da maximização do valor ao acionista entre os objetivos corporativos*”. (Guttmann, 2008, p. 12). As decisões empresariais são tomadas, em última instância, visando o aumento da proporção de lucros pagos na forma de dividendos. Com isso, os investidores institucionais têm papel central, pois usam o direito de propriedade para impor, como indicador de desempenho, os rendimentos trimestrais por ação, e, portanto, a lógica

financeira prevalece nas diretorias e na adoção das normas de governança corporativa. A prioridade são os resultados de curto prazo em detrimento dos de longo prazo.

O processo de financeirização do capitalismo em âmbito mundial requer a adoção, pelos países, de uma série de medidas com a finalidade de garantir a reprodução ampliada do capital e a reprodução das relações de dominação dos países hegemônicos do capital sobre a sociedade em seu conjunto. A mercantilização da educação superior em escala planetária está intimamente relacionada a esse processo de “mundialização financeira do capital” (Chesnais, 1996).

Com a ascensão do capital financeiro, “o estilo de acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (os fundos mútuos e fundos de pensão) cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira”. (Chesnais, 1996, p.14-15) Com essa “nova ordem internacional do capital”, o destino social da riqueza das sociedades passou a ser comandado pela esfera financeira, cuja dinâmica alimenta-se de “capital fictício”¹ e “das transferências efetivas de riqueza”, por meio, principalmente, do “serviço da dívida pública e das políticas monetárias associadas a este”.

É nesse contexto, em que o mercado financeiro torna-se o regulador da nova ortodoxia econômica e altera significativamente as relações de produção, em que “[...] várias atividades no setor de serviços, anteriormente consideradas improdutivas, tornaram-se diretamente produtivas, subordinadas à lógica exclusiva da racionalidade econômica e da valorização do capital” (Antunes; Alves, 2004, p.338), que a mercantilização via financeirização da educação superior deve ser analisada.

2. A expansão do setor privado-mercantil da educação superior brasileira

A política de favorecimento da expansão do setor privado de educação superior no Brasil teve início ainda na década de 1970, durante os governos militares (1964-1985). Desde então vivencia-se no Brasil a adoção de uma política de expansão da educação superior pela via da privatização, desobrigando o Estado de ampliar os recursos orçamentários federais à educação superior. Esse processo teve continuidade nos governos posteriores ao regime militar como pode ser observado na Tabela 1 a seguir, em que se apresenta a evolução da expansão das IES e das matrículas nos setores

¹ Chesnais (1996) utiliza a expressão “capital fictício” para referir-se a um tipo de capital financeiro que se constitui com base no crescimento de ativos com valor fictício.

público e privado, nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2012²).

TABELA 1 – Evolução do número de Instituições de Educação Superior e matrículas por categoria administrativa (público e privada). Brasil. 1994, 2002, 2003, 2010 e 2012.

Ano	Instituições			Matrículas		
	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado
1995	894	210	684	1.759.703	700.540	1.059.163
2002	1.637	195	1.442	3.520.627	1.085.977	2.434.650
2003	1.859	207	1.652	3.936.933	1.176.174	2.760.759
2010	2.378	278	2.100	6.379.299	1.643.298	4.736.001
2012	2.416	304	2.112	7.037.688	1.897.376	5.140.312
▲% 1995-2002	83,1	-7,1	110,8	100,0	55,0	129,8
▲% 2003-2010	27,9	34,3	27,1	62,0	39,7	71,5
▲% 2003-2012	30,0	46,9	27,8	78,8	61,3	86,2

Fonte: MEC/INEP/DEAES, 1995, 2002, 2003, 2010, 2012.

Nota: (1) Matrículas em cursos presenciais e a distância.

Os dados expostos na Tabela 1 demonstram a preponderância do setor privado na oferta desse nível de ensino no país. A evolução do número da educação superior, ao se analisar os três últimos governos do Brasil, apresentam diferentes níveis de crescimento percentual. O período dos governos de FHC (1995-2002) foi marcado pela redução do número de IES públicas (-7,1%) e pelo aumento das IES privadas (110,8%). Em relação a matrículas observa-se um crescimento nos dois setores, com predominância para o setor privado que expandiu 129,8%, no número de estudantes matriculados, enquanto o setor público expandiu 55%. No período de 2003 a 2012 (Governos Lula e Dilma), observa-se o seguinte: as IES expandiram 30,0%, sendo que as privadas cresceram 27,1%, e as públicas 46,9%.

Uma das consequências dessa política de expansão do setor privado efetivada no Brasil, em especial por meio do crescimento das instituições empresariais (com fins lucrativos), aqui denominadas de privado-mercantis, se reflete no acesso ao ensino superior dos jovens de 18 a 24 anos cujo percentual ainda é inferior a 15%.

A política de privatização da educação superior no Brasil reflete de um lado, a omissão dos governos em relação à expansão do setor público, criando uma reserva de mercado para o setor privado. Por outro lado, é recorrente a liberalização e desregulamentação desse setor que tem encontrado facilidades para expandir, por meio

² Os dados referentes ao Governo da Presidenta Dilma Rousseff só estão disponíveis até o ano de 2012.

da adoção pelo Estado brasileiro de uma série de mecanismos de imunidade/isenção fiscal fortalecendo o setor privado-mercantil.

É importante destacar que, a partir do ano de 2007, “o processo de mercantilização do ensino superior brasileiro vem adquirindo novos contornos” (Chaves, 2010), com a criação de redes de empresas por meio da compra e/ ou fusão de IES privadas do país. Esse processo se deu pela abertura de capitais dessas empresas ao mercado de ações e a valorização destas últimas possibilitam o aumento de seu capital, a compra de outras instituições menores, espalhadas no país, e, com isso, a formação de grandes grupos empresariais, também denominados “redes”.

O avanço do processo de financeirização da educação superior brasileira, advindo das negociações estritamente direcionadas aos interesses mercantis na última década, efervesceu o setor. A abertura do capital em 2007, de quatro grupos educacionais, na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa): Anhanguera Educacional S.A, com sede em São Paulo; a Estácio Participações, controladora da Universidade Estácio de Sá, do Rio de Janeiro; a Kroton Educacional, da Rede Pitágoras, com sede em Minas Gerais; e o Sistema Educacional Brasileiro-SEB S/A³, também conhecido como "Sistema COC de Educação e Comunicação", com sede em São Paulo - demonstra a voracidade do mercado e consolida o gigantismo econômico-financeiro, inclusive para a entrada de capital estrangeiro na educação. A partir de 2013, o grupo Ser Educacional, proprietário das Faculdades Maurício de Nassau, Joaquim Nabuco e Baiana de Ciências, também abriu seu capital na Bovespa. O foco desses grupos é a gestão profissionalizada e a obtenção de lucros, os alunos são vistos como clientes, por conseguinte as empresas investem massivamente em programas de *marketing* e comercialização. Esse processo de financerização tem gerado um intenso movimento de aquisições e fusões como a recente fusão da Anhanguera Educacional S.A com a Kroton Educacional, consolidada em 2014.

3. Financeirização das IES privado-mercantis no Brasil

Estudos realizados sobre esse processo de mercantilização da educação superior no Brasil (Chaves, 2010; Vale, Chaves, Carvalho, 2013; Oliveira, 2009; Sguissardi, 2008 e 2013; Vale, 2013) apontam que, como resultado da compra/fusão de IES, a tendência é a de formação de oligopólios (número reduzido de grandes empresas que

³ Em 2011, o SEB deixou de ter cotação de suas ações no mercado acionário.

atuam num segmento do mercado), que passarão a ter o controle do mercado da Educação Superior do país.

O processo de transfiguração de Universidades e Centros Universitários em grandes conglomerados ou *holdings*, iniciado desde 2007, vem ocorrendo por meio de reestruturação operacional, seja pela aquisição de instituições de porte médio ou pequeno em dificuldades financeiras, seja através de fusões de capital cuja cooperação permite ganhos de escala e maior fatia de mercado, bem como novos nichos de mercado geográficos e vantagens pelo crescimento de alunos e de cursos já autorizados pelo MEC. O processo de concentração de capital toma novos ares com a abertura de capital de quatro empresas educacionais, que se tornaram responsáveis pela maioria das operações de fusões e aquisições no setor. Casos exemplares são a fusão do Kroton Educacional com o grupo Anhanguera Educacional⁴, anunciada em 2013 e finalizada em 2014, seguida, de perto, pela Universidade Estácio de Sá,⁵ que anunciou, em setembro de 2013, a compra da UNISEB⁶. Por se tratarem de estabelecimentos de grande porte, essas operações são emblemáticas do movimento de oligopolização do setor, no formato de conglomerados educacionais, cuja mantenedora empresa *holding* controla os negócios das demais.

De acordo com a KPMG Consultoria, empresa responsável pela publicação sobre a trajetória das fusões e aquisições na economia brasileira, no ano de 2007, houve 19 aquisições no setor educacional, o que motivou o desmembramento deste, a partir do ano seguinte, da classificação até então genérica de “outros” para setor “educação”. Em 2008, foram registradas 53 transações, o que levou a impressionante posição de terceiro lugar no *ranking* setorial. Em 2009, em virtude da crise internacional que assolou o mercado financeiro em geral, e o setor educacional em especial, houve redução acentuada para 12 operações. Ainda assim, o setor educacional ocupou a 12ª posição

⁴ A fusão entre a Anhanguera Educacional e a Kroton Educacional foi anunciada em abril de 2013, mas sua conclusão só foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 14 de maio de 2014, com restrições e após novo acerto de troca das ações entre as empresas. Tal fusão criou a maior empresa de serviços educacionais do mundo, com um valor de mercado estimado de R\$ 22 bilhões. As empresas concentram, juntas, mais de 1 milhão de alunos.

⁵ Em jornal divulgado aos investidores, o Estácio Boletim Educação de maio de 2014, a Estácio Participações informava estar presente em 20 estados brasileiros e Distrito Federal, em 80 campi, contando com mais de 394,5 mil estudantes, sendo destes 78,4 mil estudantes a distância e 18,7 mil estudantes de pós-graduação. Consultar: file:///C:/Users/Andr%C3%A9a/Downloads/Estacio_BoletimEducao_n7_Maio2014.pdf . Acesso em: 28 jul. 2014.

⁶ A aquisição da UNISEB pela Estácio Participações S.A. foi aprovada pelo CADE em maio de 2014, com restrições por meio de um instrumento chamado Acordo de Controle de Concentrações (ACC).

entre os setores econômicos. Em 2013, foram 24 transações e o setor educacional ficou em 10º. lugar no ranking. (KPMG, 2013).⁷

Outra estratégia consiste na venda parcial do estabelecimento nacional ao capital estrangeiro na medida em que não há, até o momento, nenhum impedimento legal a esse tipo de movimento de internacionalização da oferta educacional. Seus precursores são: a *Laureate Education*, que adquiriu 51% do capital da Universidade Anhembi Morumbi, em 2005, adquirindo outros 41% em 2013, e 90% do Centro Universitário Hermínio da Fonseca, em 2010; a *Whitney International University System*⁸ adquiriu 60% do capital das Faculdades Jorge Amado (Bahia) que, em 2006, foi transformada em Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE); e a rede *DeVry University*, que adquiriu 69% da Faculdade Nordeste. Em 2012, a *DeVry* adquiriu ainda 100% da Faculdade Boa Viagem (PE)⁹. As três representam grandes conglomerados norte-americanos com ampla capilaridade no mundo dos negócios.

A manifestação mais significativa do fenômeno de mercantilização pode ser observada por meio das aquisições realizadas por Fundos *Private Equity*¹⁰ e pela abertura de capital das empresas educacionais na Bolsa de Valores (*IPOs*) a partir de 2007. Os primeiros são fundos de investimento em participações de empresas de capital aberto ou fechado, com envolvimento posterior da entidade gestora/investidora nos foros de gestão da entidade investida.¹¹ Entre 2006 e o primeiro trimestre de 2010, foram realizadas cinco grandes operações. O Banco Pátria realizou a aquisição por meio de um fundo de investimento em participações de 68% da Anhanguera Educacional; a GP Investimentos adquiriu 20% da Estácio Participações (2008)¹²; o *Cartesian Capital Group* comprou a Faculdade Maurício de Nassau (2008); o *Advent* adquiriu 50% da

⁷ Essas informações podem ser encontradas na publicação “Pesquisa de Fusões e Aquisições 2013 – 1º trimestre” elaborada pela consultoria KPMG. É importante lembrar que o relatório envolve operações de fusões e aquisições tanto na educação básica como na educação superior privada.

⁸ *Whitney* é uma rede universitária global com sede em Dallas, no Texas (EUA), e conta com instituições parceiras e escritórios nos Estados Unidos, por toda a América Latina, norte da África e Oriente Médio.

⁹ Ver a este respeito publicação “Fusões e Aquisições no Ensino Superior: Panorama Setorial” da CM Consultoria, em CM (2014). Disponível em: <<http://www.cmconsultoria.com.br/arquivos/QuadroGeralAquisicoesIES.pdf>>. Acesso em: 28 de jul. 2014.

¹⁰ Fundos *Private Equity* - fundos de investimento compostos por grupos fechados de especuladores (nacionais e internacionais): aquisição de participações em empresas de capital aberto ou fechado, com envolvimento posterior na gestão da entidade

¹¹ Consultar o site da Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP): <http://www.abvcap.com.br>

¹² A GP Investimentos foi acionista da Estácio Participações S.A. até setembro de 2013, quando consolidou a venda de sua participação acionária. Segundo a própria GP Investimentos, a GP e seus parceiros lucraram 2,3 vezes o valor inicialmente investido em cinco anos. Disponível em: <http://www.gp.com.br/gp2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=43109&conta=28&id=158741>. Acesso em: 28 jul. 2014.

Kroton Educacional (2009); *Capital Intl* efetuou operação de compra do IBMEC Educacional, no início de 2010.

A operação mais recente e mais emblemática foi a fusão celebrada entre os grupos Anhanguera e Kroton, ambos com ações cotadas na bolsa de valores brasileira. Segundo comunicado dos grupos educacionais, o valor de mercado de ambos é de aproximadamente de R\$ 22 bilhões. A receita bruta, em 2012, somou R\$ 4,3 bilhões. Os grupos concentram mais de 800 unidades de ensino e 810 escolas associadas distribuídas por todo o país, as quais atendem a aproximadamente um milhão de alunos. A combinação das companhias se dará mediante a incorporação de ações de emissão da Anhanguera pela Kroton, dando a esta última 66% das ações do capital da Companhia. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo da Defesa da Concorrência-CADE com restrições, dentre as quais se destaca a venda de operações de ensino a distância (EAD) da catarinense Uniasselvi, comprada pela Kroton, em 2012, por R\$ 510 milhões.

Os Fundos *Private Equity* têm condições de injetar somas elevadas de recursos nos negócios educacionais através de grupos fechados de grandes especuladores (nacionais e internacionais), mediante a exigência de reestruturação baseada na redução de custos, na racionalização administrativa, na profissionalização da gestão (Oliveira, 2009), e, sobretudo, na adoção dos princípios de “governança corporativa”. No caso dos “negócios” em educação superior no Brasil, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) tem como princípios: perpetuar o negócio; melhorar a imagem institucional; garantir desempenho acima da média do mercado; facilitar a entrada de investimentos; reduzir os conflitos de interesses e os conflitos familiares e garantir maior segurança quanto aos direitos dos proprietários. Este último aspecto torna-se central, na medida em que o mercado considera que a instituição praticante da governança corporativa apresenta menor risco ao investidor.

Por fim, o movimento mais recente no mercado educacional brasileiro consiste na abertura de capital e na oferta pública de ações (*IPOs*) de empresas educacionais na Bolsa de Valores de São Paulo, em 2007, que foram classificadas no “nível 2” de governança corporativa, ou seja, enquadradas naquelas que têm obrigações adicionais relativas aos direitos dos acionistas e do conselho de administração. Eram elas: Universidade Anhanguera, Universidade Estácio de Sá, Faculdade Pitágoras e o Sistema COC de Educação e Comunicação (educação básica e educação superior). A partir da conversão em Sociedades Anônimas, suas razões sociais foram alteradas para:

Anhanguera Educacional Participações S.A., Estácio Participações S.A, Kroton Educacional S.A. e Sistema Educacional Brasileiro S. A., respectivamente. A composição societária foi alterada pela saída progressiva dos sócios individuais substituídos por fundos de investimento em renda variável e por outras empresas.

É importante salientar que o mecanismo de captação de recursos através do mercado de capitais, seja fundos específicos ou lançamento de ações em bolsa, permite a capitalização concentrada no tempo de grande aporte de recursos de modo a subsidiar o processo intenso de aquisições/fusões e o crescimento em larga escala. Não é à toa que as quatro companhias têm realizado diversas aquisições nos últimos anos.

4. Conclusões preliminares

A nova lógica financeira das IES mercantis, acompanhada das demais estratégias organizacionais evidenciadas acima, são incompatíveis com os princípios que norteiam o processo educativo. Este modelo institucional adaptado ao segmento educacional promove conflitos evidentes entre valores educacionais e dos negócios, pois os provedores corporativos, virtuais e aqueles com fins lucrativos manifestam um *ethos* que privilegia a grande empresa e a realização individual, exacerbando-se uma abordagem instrumentista da educação. (Ryan, 2001).

Nesse contexto de financeirização da educação superior, modifica-se profundamente a natureza das instituições e do trabalho dos professores. A demanda intensificada do trabalho imaterial constitui uma contradição, dado que pressupõe um crescimento real da economia mediante investimento de capital produtivo, ainda que amalgamado ao capital financeiro, que se põe como macro-gestor da economia mundial e das mudanças que vem sofrendo o trabalho e, em decorrência, a classe trabalhadora.

Embora a análise neste texto desenvolvida, por força dos limites impostos na extensão textual, careça de outros elementos é possível concluir que o avanço do processo de financeirização da educação superior brasileira, advindo das negociações estritamente direcionadas aos interesses mercantis na última década, efervesceu o setor e consolida o gigantismo econômico-financeiro, inclusive para a entrada de capital estrangeiro na educação.

Referências

Antunes, R.; Alves, G. (2004). As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

BM&FBOVESPA. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>> Acesso em: 10 ago 2012.

Brasil. MEC. INEP. **Sinopse estatística do Censo da Educação Superior: 1995 a 2012**. Brasília: MEC. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

Carvalho, C. H. de A. (2013). A Mercantilização da Educação Superior Brasileira e as Estratégias de Mercado das Instituições Lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**. v. 18, p. 761-776.

Chaves, V. L.J. (2015). Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior Brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 31, n. 111, abr-jun/2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n111/v31n111a10.pdf>>. Acesso em 10 fev.

Chesnais, F. (1996). **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã.

CM Consultoria. (2014). **Fusões e Aquisições no Ensino Superior: Panorama Setorial**. Disponível em: <<http://www.cmconsultoria.com.br/imagens/diretorios/diretorio4/QuadroGeralAquisicoesIES.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

Guttmann, R. (2008). Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. **Novos Estudos**, São Paulo, nº 82, p. 11-33, nov.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. (2009). **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 4. ed. IBGC: São Paulo.

KPMG. (2013). **Pesquisa de Fusões e Aquisições 2013 – 1º trimestre**: Espelho das Transações Realizadas no Brasil. Disponível em: <http://www.kpmg.com/BR/PT/Estudos_Analises/artigosepublicacoes/Documents/Fusoes%20e%20Aquisicoes/2013/Pesquisa-FA1-trimestre-2013.pdf> Acesso em: 29. jul. 2013.

Oliveira, R. P. (2009). A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, nº 108, p. 739-760, out.

Ryan, Y. (2001). Higher education as a business: lessons from the Corporate World. **Minerva**, Netherlands, v. 39, n. 1, p. 115-135.

Sguissardi, V.(2008). Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado-mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 29, n. 105, dez. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>>. Acesso em 10 mar 2015.

Vale, A. A. (2013). A expansão do segmento privado-mercantil na educação superior brasileira: o caso da Estácio de Sá. In: Chaves, V. J.; Silva Júnior, J. dos R.; Catani, A.

M. (orgs.). *A universidade brasileira e o PNE: instrumentalização e mercantilização educacionais*. São Paulo: Xamã, p. 113-130.

Vale, A. A. do; Chaves, V. J.; Carvalho, C. H. de A. (2013). Estratégias de expansão do segmento privado-mercantil do ensino superior brasileiro e suas repercussões no trabalho docente. **XVI Congresso de Brasileiro de Sociologia**, 10 a 13 de setembro, Salvador (BA).